

A Questão Indígena no Nordeste

Área Temática de Educação

Resumo

Registra-se no Brasil a existência de mais de 250 povos indígenas, alguns em completo distanciamento da sociedade hegemônica. No entanto, a maioria possui um contato avançado com esta sociedade, a exemplo dos povos indígenas do nordeste, que apesar de em grande parte desconhecerem a língua materna, e só falarem o português, manifestam sinais de resistência expressos nos rituais, organização política e na reelaboração cultural. A temática indígena no ensino brasileiro vem, sendo tratada de forma inadequada, tanto pelos projetos pedagógicos como pelos livros didáticos. O aluno do ensino fundamental aprende que as populações indígenas tratam-se de grupos étnicos formados por pessoas que andam nuas, moram em ocas, e veneram o deus Tupã. O Projeto A Questão Indígena no Nordeste possui atividades permanentes desde 1999, visando desenvolver na sociedade paraibana um trabalho de desmistificação, atualização e reflexão sobre os povos indígenas do Nordeste, valorizando uma nova concepção sobre as realidades vividas por essas populações, a partir de ações educativas junto as escolas públicas e privadas e demais organizações governamentais e da sociedade civil da Grande João Pessoa (PB), desconstruindo a concepção estereotipada de ser índio, presente nos procedimentos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje.

Autores

Maria Helena S. de França Lins - Coordenadora, Comunicóloga e Especialista em Educação e Movimentos Sociais
Oade de Oliveira Vasconcelos - graduando de História

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: história; cultura; educação popular

Introdução e objetivo

Este Projeto surgiu a partir da ação educativa de dois Grupos de Trabalho do SEAMPO, o G.T. Indígena e o de Educação Popular que, entre suas atividades de extensão no ano de 1998, desenvolveram conjuntamente um dia de palestra sobre o tema: Brasil 500 Anos e a Questão Indígena, em uma escola de ensinos fundamental e médio da rede municipal de Guarabira. Desta experiência percebemos o interesse dos jovens em conhecer as culturas indígenas, com o intuito de melhor entender a nossa história e as condições atuais de vida desses povos. Essa atividade também forneceu aos professores subsídios para a realização de diversos trabalhos escolares, mostrando o interesse em expandi-la.

Os resultados dessa ação educativa motivaram a elaboração do primeiro Projeto, em 1999, realizado junto a 08 das 80 escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de João Pessoa.

A preocupação inicial foi desenvolver junto à comunidade escolar desse município um trabalho educativo onde fossem abordados as práticas culturais de povos indígenas brasileiros, em especial do povo Potiguara, no sentido de estimular o binômio ensino/aprendizagem com temáticas que retratassem as potencialidades dos povos primeiros. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, assevera em seu artigo 26 § 4o que “o

ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia”.

A continuidade desse projeto justifica-se em função da relevância da temática, bem como pela importância da disseminação das culturas dos povos indígenas do Nordeste, e em particular do povo Potiguara, na perspectiva da difusão e valorização dessas culturas, visando desconstruir uma concepção estereotipada acerca dessas etnias, presente nos procedimentos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje. Essas práticas se dão, sobretudo, com relação à presença do índio brasileiro no livro didático, através de apresentação de imagens contraditórias e fragmentadas, atribuindo a estes o papel de coadjuvantes na história brasileira. Em se tratando de povos indígenas do Nordeste a maior parte dos livros didáticos sequer citam a sua presença nos dias atuais, restringindo-se a identificar a presença de índios na Amazônia e no Xingu.

Nesses três anos de experiência do Projeto A Questão Indígena no Nordeste, os resultados obtidos foram positivos, o que fez crescer a demanda para outras escolas da rede pública e particular, além de ter-se ampliado nosso campo de ação com solicitações de organizações da sociedade civil de João Pessoa e outros municípios. A sua renovação surge com o propósito de atender as demandas solicitadas a Capitão (liderança indígena) e recebidas pelo SEAMPO para dar palestras ligadas a questão indígena, bem como o interesse da parte de outras lideranças em levar essas discussões até a sociedade envolvente.

O trabalho educativo desenvolvido por este projeto é composto de um trabalho educativo com exposição dialogada e debates sobre a etnohistória e as culturas dos povos indígenas do Nordeste, acompanhados de exposição fotográfica e audiovisual (produzidos e organizados como resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo GT Indígena do SEAMPO), produção de uma esquete teatral apresentando o quadro atual dos povos indígenas do Nordeste, além de dinâmicas pedagógicas, visando levar ao aluno do ensino fundamental e médio o conhecimento sobre as populações indígenas do Nordeste, sua história e seus desafios atuais.

A questão indígena brasileira é tema recorrente, sobretudo pelos movimentos de resistência dos povos indígenas na luta pela retomada de seus territórios tradicionais e em defesa da sua identidade cultural. Os índios brasileiros guardam uma diversidade cultural muito rica e possuem singularidades que os diferenciam. Registra-se no Brasil a existência de aproximadamente 250 povos indígenas, que falam cerca de 180 línguas, algumas tão diferentes de outras quanto o Inglês do Português. Há povos em completo distanciamento da sociedade hegemônica (povos isolados). No entanto, a maioria possui um contato avançado com a sociedade envolvente como é o caso dos povos indígenas do Nordeste, que apesar de em sua maioria desconhecer a língua materna, e ter o português como única forma de expressão, manifestam sinais de resistência, expressos na preservação de rituais, organização e reelaboração cultural.

A temática indígena no ensino brasileiro vem, ao longo da história, sendo tratada de forma inadequada, tanto pelos projetos pedagógicos como pelos livros didáticos. O aluno do ensino fundamental aprende que as populações indígenas tratam-se de grupos étnicos formados por pessoas que andam nuas, têm cabelos lisos, moram em ocas, falam Tupi e veneram o deus Tupã.

No trabalho já desenvolvido as principais questões levantadas pelos alunos eram “se os índios comiam os brancos”, “se andavam nus”, “se eram hostis” e “se eram sujeitos”. Isso reflete uma visão que foi construída num quadro de desinformação marcado pelo preconceito e discriminação.

A própria historiografia oficial do Brasil é preconceituosa em relação aos índios. “Num primeiro momento da nossa história, que de acordo com os livros didáticos, começa

com a chegada dos europeus, os índios da Colônia são cordiais e amigáveis: carregam o pau-brasil em troca de bugigangas e miçangas, ajudam os portugueses a construir fortes e casas que dão origem às primeiras povoações e ensinam o branco a sobreviver e conhecer a nova terra.

Logo em seguida, entretanto, os índios começam a atrapalhar a colonização. São os Tamoios que se aliam aos franceses e promovem ataques aos núcleos dos brancos. O brasileiro é o português, nesse momento os franceses são estrangeiros e os índios os aliados, ora do estrangeiro, ora do brasileiro. De cordiais os índios passam a ser traiçoeiros” (GRUPIONI, Luís Donizete Benzi e SILVA, Aracy Lopes da (org.) A Temática Indígena na Escola: Novos Subsidios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.).

Exemplo dessa visão encontramos no caso dos índios Potiguara, que aliaram-se a franceses e holandeses contra os portugueses no início da colonização. Em razão disso, a região onde ora se concentram o maior número de aldeias foi denominada de Baía da Traição, hoje município do litoral norte paraibano.

No que diz respeito aos índios do Nordeste há uma grande contradição entre o que é repassado em sala de aula e a realidade. O aluno aprende que os índios estão em vias de extinção. No caso dos índios do Nordeste isso é mais grave porque muitos desses sequer são considerados índios, pois não correspondem aos traços fenotípicos dos chamados povos da floresta, estereótipo do índio brasileiro. Nos povos que são reconhecidos como tradicionais, seus representantes são vistos como remanescentes, perpetuando a lógica da extinção. No entanto, a real história dos índios dessa região aponta para o caminho inverso, o de resistência e de emergência, não só populacional quanto cultural. Se na década de 1920 eram reconhecidos cinco povos, hoje aponta-se para a existência de 46 povos identificados e em processo de identificação, totalizando uma população de 70 mil pessoas. É importante ressaltar que o conceito de Região Nordeste aqui adotado está em conformidade com o que é apontado pela APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que abrange os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo, ficando de fora, portanto, os estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

O povo Potiguara é ilustrativo nesse sentido. No século XVI, contavam, segundo cronistas, com uma população aproximada de 100 mil “almas”, e em decorrência do processo de colonização houve períodos em que não passaram de 300, compreendendo hoje um contingente estimado em 6.120 pessoas, de acordo com dados do IBGE. O território Potiguara é dividido em três áreas contíguas: Potiguara de São Miguel, Monte Mor e Jacaré de São Domingos, distribuídos em 25 aldeias, ocupando um território de aproximadamente 31 mil hectares (área demarcada de 21.238, 49 hectares), localizados nos municípios paraibanos de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação.

O povo Potiguara, como de resto todos os povos indígenas brasileiros, em particular os do Nordeste viveu, ao longo desses cinco séculos de colonização, sob a égide do genocídio, do massacre cultural, da perda de identidade, expressa na perda da própria língua, dos rituais e costumes. Pode-se afirmar que os Potiguara vivem hoje dentro dos padrões culturais da sociedade não indígena e em situação de pobreza extrema. Resistem ao processo de aculturação através da dança do Toré e de manifestações míticas realizadas na região das furnas.

Os povos indígenas no Nordeste não correspondem as imagens que comumente a mídia e os livros didáticos divulgam. Não apresentam as características de primitividade, nudez e isolamento que desde o romantismo indianista e os relatos das frentes de atração e pacificação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, povoam o imaginário nacional. São populações camponesas que apresentam “uma contradição fundamental com as poderosas

elites tradicionais da região, que utilizam-se do acesso à máquina do estado para manter o monopólio da terra e estimular os conflitos internos ao campesinato” (Oliveira F^o, 1993, p. vi).

Os esquemas assimilacionistas da teoria da aculturação (Ribeiro, 1986 e Galvão, 1979), amplamente divulgados, formam o quadro de informações que geram as expectativas defasadas e contraditórias a respeito dos índios. Em função da profundidade das relações estabelecidas entre os povos indígenas, a sociedade e o estado nacional, novos paradigmas precisam ser pensados de modo a explicitar os processos sociais e culturais que esses povos se utilizam para reconstruir sua diferença e demarcar os espaços de atuação e afirmação política. Trabalhos recentes, baseados nas teorias anglo-saxônicas sobre etnicidade (Barth, 1998) e antropologia política (Turner, 1974) e na noção de contato interétnico (Cardoso de Oliveira, 1976) vem abordando justamente esses processos.

Nesta perspectiva, destaca-se a emergência de novas e antigas unidades étnicas, que buscam afirmar-se através de um poderoso movimento de recriação e difusão de práticas culturais como festas religiosas e rituais que incluem canto, dança e a manifestação de seres sobrenaturais, entendidos como os espíritos de seus antepassados. Numa visão diacrônica observa-se o aumento do número de povos reconhecidos durante o século XX: se na década de 1920 eram reconhecidos cinco povos, hoje aponta-se para a existência de 46 povos identificados e em processo de identificação, totalizando uma população de 70 mil pessoas.

Esse novo modo de observar a realidade indígena no Nordeste e a implantação de políticas públicas diferenciadas a partir da Constituição de 1988, demandam dos centros produtores do conhecimento uma intervenção apropriada e a divulgação de novas posturas interpretativas que venham a capacitar os agentes responsáveis pela ação indigenista, sejam eles índios, funcionários do governo ou de organizações da sociedade civil. Enquanto atores políticos, os indígenas encontram-se em uma posição desprivilegiada, tornando-se portanto, o público preferencial de ações de pesquisa e extensão por parte das universidades.

O Projeto de extensão A Questão Indígena no Nordeste vem atuando junto à sociedade paraibana desenvolvendo um trabalho de disseminação das culturas dos povos indígenas do Nordeste, e em particular do povo Potiguara, na perspectiva da difusão e valorização dessas culturas, visando contribuir para desconstruir uma concepção estereotipada acerca dessas etnias, presente nos procedimentos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje. Essas práticas se dão, sobretudo, com relação à presença do índio brasileiro no livro didático, através de apresentação de imagens contraditórias e fragmentadas, atribuindo a estes o papel de coadjuvantes na história brasileira. Em se tratando de povos indígenas do Nordeste a maior parte dos livros didáticos sequer citam a sua presença nos dias atuais, restringindo-se a identificar a presença de índios na Amazônia e no Xingu.

O Projeto A Questão Indígena no Nordeste possui atividades permanentes desde 1999, visando desenvolver na sociedade paraibana um trabalho de desmistificação, atualização e reflexão sobre os povos indígenas do Nordeste, na perspectiva de difundir e valorizar uma nova concepção sobre as realidades vividas por essas populações, a partir de ações educativas junto às escolas públicas e privadas e demais organizações governamentais e da sociedade civil da grande João Pessoa.

O público alvo do Projeto é formado, preferencialmente por alunos e professores de escolas da rede pública e privada de ensino, movimentos sociais populares urbanos e entidades da sociedade civil. O trabalho envolve os docentes e discentes das referidas escolas no desenvolvimento do Projeto, visando à continuidade da ação educativa no cotidiano escolar. Debater sobre os processos históricos vividos pelos povos indígenas no Nordeste, e particularmente na Paraíba; expor a realidade em que vivem estes povos; bem como desencadear discussões sobre interculturalidade, visando a inserção da temática nas propostas pedagógicas estimulando a produção de trabalhos escolares sobre o tema.

Metodologia

As ações educativas serão implementadas tendo como referencial a Educação Popular, que parte do saber acumulado do indivíduo e do coletivo a que ele pertence, vivenciada de forma participativa em três momentos. O primeiro momento será o contato com a direção da escola e professores; o segundo momento constará da ação educativa propriamente dita, envolvendo os atores da comunidade escolar; e o terceiro momento envolve a avaliação da experiência, tendo em vista novos desdobramentos da atividade no cotidiano escolar, vislumbrando ainda como possibilidade o desenvolvimento de uma ação específica com professores de História, Geografia e Português.

O trabalho educativo desenvolvido por este projeto é composto de exposição dialogada e debates sobre a história e as culturas dos povos indígenas do Nordeste, acompanhados de exposição fotográfica e audiovisual (produzidos e organizados como resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo GT Indígena do SEAMPO), produção de um esquete teatral apresentando o quadro atual das populações indígenas do Nordeste, além de dinâmicas pedagógicas, visando levar ao aluno do ensino fundamental e médio um conhecimento mais aprofundado sobre as populações indígenas do Nordeste, sua história e seus desafios, além da motivação e estímulo à produção de trabalhos escolares sobre a temática, como forma de assimilação pedagógica.

A avaliação do Projeto será processual e realizada no seu decorrer. Ou seja, no planejamento da ação, em sua implementação e através de reuniões dos grupos após cada atividade. Também pelos relatórios emitidos pelos bolsistas e orientadores do Projeto. Será ainda avaliado pela produção de textos para divulgação e apresentação da experiência em encontros locais e nacionais. Ao final será emitido um relatório conclusivo das ações realizadas durante o ano.

Resultados e discussão

Durante o período em curso, o Projeto A Questão Indígena do Nordeste tem entre as suas principais metas, a realização de eventos como o que fora desenvolvido no período anterior, envolvendo escolas de ensino fundamental, em uma semana de atividades, (em parceria com o Sesc - Serviço Social do Comércio). Também a realização do Seminário Gênero, Raça e Etnia, desenvolvido em parceria com as ONG's, Centro da Mulher 8 de Março e o Bamidelê – Organização das Mulheres Negras da Paraíba.

Ao nosso ver, a atividade, que envolveu principalmente docentes do ensino fundamental, contemplou o objetivo a que o projeto se propõe, qual seja, o desenvolvimento de ações educativas junto à sociedade paraibana, com vistas à disseminação das culturas dos povos indígenas do Nordeste e, em particular do povo Potiguara, na perspectiva da difusão e valorização dessas culturas, visando contribuir para desconstruir uma concepção estereotipada acerca dessas etnias, presente nos processos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje.

Como desdobramento da ação, foi realizado um concurso de redação sobre o tema em diversas escolas públicas. Além disso, foi editada uma publicação acerca da temática: gênero, raça e discriminação, com textos dos organizadores do evento e dos estudantes premiados no concurso de redação. O livro em questão é um importante instrumento a que os professores poderão recorrer quando da discussão do tema em sala de aula.

Espera-se, através das parcerias que se vislumbram constituir, continuar a discussão a respeito da temática indígena para, sobretudo, o público escolar. A realização da segunda semana “Na Tela: Índios do Brasil” e o Projeto “Educar para Viver a Raça e o Gênero em Plenitude e Igualdade” possibilitarão o desenvolvimento de um trabalho mais contínuo com

um público determinado, permitindo, dessa forma, um maior acompanhamento dos resultados pretendidos.

A produção de vídeos etnográficos, registrando as memórias da comunidade: as relações de trabalho, as brincadeiras do cotidiano, as festas religiosas, a mobilização pela demarcação das terras, entre outros. Iniciando, dessa forma, a constituição de um acervo documental e audiovisual sobre a sociedade e a cultura Indígena Potiguara.

Este Projeto também constitui de atividades internas, onde estão relacionadas às reuniões internas administrativas, com vistas, sobretudo, a encaminhamentos das ações dos projetos, e reuniões de estudo, realizadas com o objetivo de capacitar o grupo para o desenvolvimento das ações; atividades externas, onde estão descritas as atividades educativas, de assessoria e a participação em eventos; avaliação do trabalho desenvolvido, onde constam os fatores que contribuíram e os que dificultaram o desenvolvimento das ações, com avaliação das bolsistas de suas atuações junto ao projeto e sugestões para o incremento do trabalho.

Parte das atividades descritas coincidem com as do Projeto de Extensão Questão Indígena no Nordeste, pois os dois Projetos são vinculados ao mesmo Grupo de Trabalho Indígena e foram pensados de modo a desenvolverem ações conjuntas, articuladas e complementares.

Conclusões

Ao nosso ver, a atividade, que envolveu principalmente docentes do ensino fundamental, contempla o objetivo a que o projeto se propõe, qual seja, o desenvolvimento de ações educativas junto à sociedade paraibana, com vistas à disseminação das culturas dos povos indígenas do Nordeste e, em particular do povo Potiguara, na perspectiva da difusão e valorização dessas culturas, visando contribuir para desconstruir uma concepção estereotipada acerca dessas etnias, presente nos processos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje.

Como desdobramento da ação, foi realizado um concurso de redação sobre o tema em diversas escolas públicas. Além disso, foi editada uma publicação acerca da temática: gênero, raça e etnia, com textos dos organizadores do evento e dos estudantes premiados no concurso de redação. O livro em questão é um importante instrumento a que os professores poderão recorrer quando da discussão do tema em sala de aula.

Um novo momento do projeto está se delineando, que é a ampliação do grupo da universidade com a participação efetiva de lideranças indígenas na apresentação do projeto nas escolas.

Referências bibliográficas

RIBEIRO, Darcy. As Fronteiras da expansão pastoril. In: Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi.– “Livros didáticos e fontes de informação sobre as sociedades indígenas no Brasil”. In: Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi. Org. A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de primeiro e segundo grau. 2^o ed. São Paulo. Global. Brasília. Mec, Mari – Unesco, 1998.

OLIVEIRA, J. P. de. “A Viagem da Volta- reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas”. In: Atlas das Terras Indígenas no Nordeste. Rio de Janeiro. Peti/ Museu Nacional/ UFRJ. 1993. p. IV a VIII.

_____. “Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’: Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais” in: A Viagem da Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

PALITOT, Estevão Martins e ALBURQUEQUE, Alexandre dos Santos. Relatório de Viagem : (Nordeste – AL, PE e PB). Supervisão técnica e apresentação: Rodrigo de Azevedo Grünewald. Laced/ Museu Nacional/ UFRJ. Campina Grande, setembro 2002.

SAMPAIO, José Augusto L. “Notas sobre a formação histórica, etnicidade e constituição territorial do povo Kapinawá”. In: Ciências Sociais hoje, 1995.

SILVA, Aracy Lopes da, e FERREIRA, Mariana K.L.(orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

Título: “As Caravelas Passam...”

Direção: Ivo Souza

Realização: Instituto Nosso Chão/CE 2000, 23’

Sinopse: Através dos depoimentos de importantes lideranças indígenas do Nordeste e do Antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio, o vídeo procura desfazer preconceitos a respeito da realidade indígena do Nordeste, mostrando a verdadeira realidade desses povos. Suas dinâmicas culturais, as relações com a sociedade não indígena ao longo de 500 anos de contato e suas principais reivindicações.

Título: “Índios do Sertão”

Direção: Josias Pires, Ângela Machado e Guilherme Marback

Realização: TVE Bahia – novembro 2001

Sinopse: Em Índios do Sertão, 14º documentário da série Bahia Singular e Plural, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia/TV Educativa registra um panorama da história recente dos povos indígenas Tuxá, Pankararé e Kiriri e, apoiado em depoimentos dos índios e dos antropólogos Pedro Agostinho, Maria do Rosário, José Augusto Sampaio e Marco Tromboni, apresenta algumas questões relacionadas à situação dos índios do Nordeste.

Título: “Brasil 500 anos”

Direção: Renato Athias. 2000, 27’

Sinopse: O vídeo mostra A Conferência Indígena 2000, realizada em Porto Seguro/BA, em abril de 2000, através do depoimento e discursos de lideranças indígenas de todo o país. Termina com a Marcha Indígena, violentamente reprimida pela Polícia Militar baiana, mostrando que, após 500 anos a violência é o elemento que marca a relação do Estado com os índios.